

Pedidos de US\$ 3 bi para conversão

PAULO FIGUEIREDO

SÃO PAULO — Surpreendendo todas as expectativas iniciais, o Banco Central já tem pedidos formulados pelo credores externos para converter mais de US\$ 3 bilhões em dívidas vincendas, com base no deságio de 27% fixado no leilão de conversão realizado no último dia 29, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, revelou, em entrevista ao GLOBO, o Diretor da Área de Mercado de Capitais do Banco Central, Keyler Carvalho Rocha.

A dívida vincenda é o débito que ainda está para vencer e que pode ou não ter sido depositada no Banco Central como garantia contra eventuais oscilações bruscas na taxa de câmbio. As estimativas mais recentes do Governo dão conta de que o montante de dívida vincenda gira em torno de US\$ 43 bilhões dos quais US\$ 28 bilhões do setor público e US\$ 11 bilhões referentes ao setor privado. Existem mais cerca de US\$ 4 bilhões de débitos vincendos depositados no Banco Central através das Resoluções 432 e 230.

A dívida vincenda não está sujeita às regras do processo de conversão

via leilões nas Bolsas de Valores, mas a sua aprovação depende de decisão do Banco Central, onde é feito o registro da operação com base no deságio fixado no último leilão.

Keyler Rocha afirmou que hoje o Governo trabalha com a expectativa de que o principal mecanismo de conversão de dívida externa em capital de risco será a dívida vincenda e não o sistema de leilão. A grande vantagem da vincenda, explicou ele, é que não pressiona a base monetária, já que os recursos estão em circulação no mercado.

O Diretor do Banco Central confirmou que o segundo leilão de conversão de dívida será realizado no próximo dia 28, na Bolsa de Valores de São Paulo às 15 horas. O volume de recursos a ser convertido será igual ao ofertado no leilão realizado na Bolsa do Rio de Janeiro: US\$ 150 milhões divididos em dois leilões de US\$ 75 milhões, cada. Não haverá novamente a fixação de um patamar mínimo para o deságio e a diretoria do Banco Central resolveu não segmentar o leilão, criando uma faixa específica para os fundos de conversão, conforme o pleito das bolsas de Valores do Rio e de São Paulo.

A idéia básica do Banco Central foi de manter as mesmas regras para



Keyler Rocha, do BC: expectativa sobre conversão da dívida vincenda

esse segundo leilão de conversão com intuito de adquirir alguma experiência — argumentou Rocha. Se por acaso nós tivessemos alterado alguma coisa ficaríamos sem saber se

o resultado obtido no leilão de São Paulo decorreu da mudança ou do processo em si.

Rocha observou que não ficou totalmente claro para o Banco Central

se há realmente necessidade de se criar uma faixa exclusiva para os fundos de conversão, somente porque no leilão do Rio a sua participação foi pequena: os fundos captaram cerca de US\$ 1,9 milhão de um total de US\$ 75 milhões.

— Tenho conversado com representantes de diversas instituições financeiras que estão montando os seus fundos de conversão e a maioria considera razoável deságio de 27%. O receio do Governo é que que a segmentação do leilão diminua cada vez mais o deságio médio. Então nós teríamos uma situação no mínimo curiosa: o deságio do leilão para as áreas livres menor do que o para os fundos, provocando a gritaria geral dos investidores e com toda razão.

Keyler Rocha acrescentou que o Governo está estudando novas propostas para ampliar o processo de conversão da dívida externa do setor público. Entre elas, está a idéia de o Banco Central autorizar o BNDES-Par, que possui atualmente expressivo montante de ações de empresas do setor privado, poder lançar esses papéis no mercado acionário e receber em contrapartida os recursos oriundos da conversão de dívida. Ele

também disse que está em análise a possibilidade de permitir a conversão da dívida para exportação. Esta modalidade explicou Rocha, se baseia no princípio de autorizar que o país possa pagar parte de sua dívida externa com exportação de mercadorias que normalmente não teriam condições de ser negociadas no exterior.

Segundo ele o mecanismo da conversão de exportação se baseia na utilização de setores produtivos que estão com certa capacidade ociosa. Essa produção seria exportada, digamos, por 100 mas o importador pagaria apenas 80, pois ele compraria títulos da dívida externa brasileira que tem deságio para saldar o seu compromisso com a empresa exportadora. Dessa forma, disse Rocha, o país estaria liquidando os seus débitos ao mesmo tempo em que incentivaría o crescimento das exportações. No entanto, o diretor do Banco Central observou que o Governo terá que estudar com muito cuidado o projeto, pois será preciso evitar que ocorram distorções como permitir que setores tradicionais na área de exportação se utilizem deste mecanismo, que pretende beneficiar principalmente os setores menos favorecidos.